

“TEORIA E PRÁTICA DAS GUERRAS CAMPONESAS NO MARXISMO DO SÉCULO XXI”

Víctor O. Martín Martín

Professor Titular do Departamento de Geografia

Coordenador do Grupo de Pesquisa “O capitalismo burocrático na explicação do subdesenvolvimento e atraso social” da Universidade de La Laguna

<http://webpages.ull.es/users/capburoc/>

ybmartin@ull.es

Ilhas Canárias, Espanha

INTRODUÇÃO

O livro de Engels “A guerra camponesa na Alemanha” foi publicado a primeira vez em 1850 nos números 5 e 6 de *A Nova Gazeta do Reno*, dirigida por Karl Marx. Vinte anos depois, no prefácio da segunda edição de 1870, Engels lembrava os paralelismos entre a revolução alemã de 1525 e a revolução de 1848. Contudo, este escrevia que as diferenças entre essas revoluções são claras e patentes (Engels, 1870, ed. 1977: 620):

“Quem tirou proveito da revolução de 1525? Os príncipes. Quem tirou proveito da revolução de 1848? Os grandes soberanos, Áustria e Prússia. Por trás dos pequenos príncipes de 1525 estavam os pequenos vizinhos da cidade, aos quais aqueles estavam presos pelos impostos; por trás dos grandes soberanos de 1850, por trás da Áustria e da Prússia está, submetendo-se rapidamente por meio da dívida pública, a grande burguesia moderna. E por trás da grande burguesia está o proletariado.”

Dois épocas distintas: em 1525 a burguesia iniciava sua revolução (defensiva estratégica), em 1848 essa mesma classe percorria vitoriosa a compartimentada Alemanha da época (ofensiva estratégica). Em 1525, os exércitos de ideologia igualitária comandados por Thomas Münzer queriam desfazer-se da servidão feudal, em 1848 a burguesia revolucionária tinha que aceitar essa reivindicação do campesinato semifeudal que na Alemanha estava localizado, fundamentalmente a leste do Elba. Porém, em 1848 também se publica o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, e o

partido dos proletários começa a ser a principal ameaça da nascente burguesia conciliadora alemã. Desde então, os pais do socialismo científico não deixaram de se preocupar com a compreensão correta do campesinato, e os primeiros esboços e proposições sobre a renda da terra (renda pré-capitalista), as relações sociais no campo (relações semifeudais), a estrutura da propriedade da terra (dicotomia latifúndio/minifúndio) e, relacionado a tudo isso, as causas de permanência de grandes massas da população camponesa (pequenos camponeses e camponeses sem terra) em uma Europa ocidental tida como eminentemente capitalista fizeram parte do acervo de pesquisa do marxismo clássico.

No início do século XXI, mais da metade da população do planeta vive no campo. O marxismo está se dedicando à análise científica e à solução prática do “problema camponês” no século XXI da mesma forma que Engels indicava no final do século XIX? (Engels, 1894a, ed. 1978: 421):

“Este partido, que sobre todos os demais tem a vantagem de ter uma visão clara da relação existente entre as causas econômicas e os efeitos políticos e que, por esta razão, há muito tempo descobriu o lobo que se esconde debaixo da pele de cordeiro do grande latifundiário disfarçado de amigo inoportuno dos camponeses, vai deixar tranquilamente o camponês, condenado à ruína, nas mãos de seus falsos protetores, até se converter de adversário passivo em adversário ativo dos operários industriais? Com isto, entramos em cheio no problema camponês.”

Marx disse que na Alemanha de meados do século XIX deveria reeditar-se a guerra camponesa da Alemanha do XVI¹; então nos perguntamos: deveriam reeditar-se no mundo do século XXI a guerra camponesa da Alemanha do século XVI?

O objeto deste trabalho é o de indagar sobre os antecedentes, o desenvolvimento e a situação atual do pensamento marxista clássico sobre a relação entre a questão agrária, o problema camponês e as guerras camponesas mediante três diferentes perspectivas, porém inter-relacionadas: explicação da natureza econômica e de classe (renda pré-capitalista da terra e do campesinato), evolução da compreensão teórica da revolução proletária mundial em relação à guerra camponesa (esboço do problema camponês e lugar que ocupa na defensiva, equilíbrio e ofensiva estratégica) e atualidade

¹ “Na Alemanha tudo dependerá da possibilidade de apoiar a revolução proletária com uma segunda edição da guerra camponesa. Então tudo irá bem... (Marx, 1856).

do pensamento marxista no que diz respeito à relação entre a revolução proletária mundial e a guerra camponesa (capitalismo burocrático, semifeudalidade e imperialismo).

1. DA ALEMANHA DO SÉCULO XIX AO TERCEIRO MUNDO DO SÉCULO XXI

O interesse de Marx e Engels pela Alemanha rural da segunda metade do século XIX não foi casual (Engels, 1874, ed. 1977: 626 e 629) (o destaque é nosso):

“Em todas as partes onde predomina a propriedade média e a grande, a classe mais numerosa do campo está integrada por trabalhadores agrícolas. Esse é o caso de todo o Norte e Leste da Alemanha, e é nesse grupo onde os operários industriais da cidade encontram seu aliado mais natural e mais numeroso.

...

A Prússia continuava sendo um Estado semifeudal, enquanto que o bonapartismo é em todo caso uma forma moderada de Estado que pressupõe a eliminação do feudalismo. A Prússia deve, portanto, decidir-se a terminar com seus numerosos vestígios de feudalismo e a sacrificar seus junkers como tais...

Desta forma, à Prússia coube o peculiar destino de culminar no final deste século, e na forma agradável de bonapartismo, sua revolução burguesa que começou em 1808-1813 e que deu um passo adiante em 1848. E se tudo caminhar bem, se o mundo permanecer quieto e tranqüilo e nós chegarmos à velhice, talvez em 1900 vejamos que o governo prussiano acabou realmente com todas as instituições feudais e que a Prússia enfim consegue alcançar a situação em que a França se encontrava em 1792.”

Naqueles anos dois fatos de singular importância coincidem com o tema de que tratamos:

- a) Engels estava referindo-se ao problema camponês, à questão agrária, na Alemanha, o país mais revolucionário do seu tempo.

- b) No final do século XIX o imperialismo, como fase superior e última do capitalismo, tinha iniciado sua marcha, imiscuindo em seus assuntos a todos os povos e civilizações do planeta.

Dois fatos, um de caráter nacional (local) e outro de caráter mundial (global). Para a Alemanha, Engels indicava que na subsistência da semisservidão (semifeudalidade) a Leste do Elba encontrava-se “o aliado mais natural e numeroso” do proletariado: os pequenos camponeses e os camponeses sem terra. Porém com as primeiras décadas do século XX, a Alemanha culmina a via prussiana ao capitalismo e a semifeudalidade, o problema camponês desaparece². Para o mundo, o desenvolvimento do imperialismo encerrava a época das revoluções burguesas, deixando pendente o problema da democratização da terra nos países, semi-colônias e colônias que não tinham iniciado ou não tinham culminado as revoluções burguesas. Desde então, o problema camponês converteu-se em uma das questões chave que a maioria dos povos do mundo devia resolver para ocupar seu lugar real no caminho do progresso da humanidade.

O número de camponeses no mundo atual supera a metade da população do planeta. Nunca antes na história do homem houve tal número de camponeses sobre a terra. E, principalmente, semelhante número de camponeses pobres (pequenos camponeses e camponeses sem terra). Milhões desses camponeses já estão lutando (tanto com meios pacíficos como através da luta armada) para conseguir o acesso à terra (México, Bolívia, Guatemala, Brasil, Paraguai, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Argentina, Chile, Nepal, Índia, Filipinas, China, África do Sul, Namíbia, Malawi...) e estão tentando ser controlados por mecanismos que vão da repressão constante por parte das forças conservadoras até a extensão de medidas parciais de caráter reformista.

Hoje são poucos os lugares do planeta na situação da Alemanha a oeste do Elba (capitalista convertida em nação imperialista), e a situação do campesinato na Alemanha do este do Elba será estendida à maioria dos países do mundo (a semi feudalidade que os converte em nações oprimidas). A questão agrária, o problema do campesinato de local passou a global.

² Por volta de 1908, Lênin assinalava a respeito da aplicação da teoria de Marx às condições específicas de cada país (Lênin, 1908, ed. 1975 b: 229):

“Os social-democratas alemães, por exemplo, renunciaram logicamente a todos os velhos programas de Marx que exigiam a nacionalização da terra, já que a Alemanha consolidou-se definitivamente como país burguês de tipo junker.”

2. Do esboço da “questão agrária” por Marx e Engels aos conceitos chave do marxismo atual: semifeudalidade, capitalismo burocrático e imperialismo

A preocupação pela caracterização das classes sociais em pugna e, dentro destas, a importância que o campesinato podia ter na luta a favor ou contra no novo sistema econômico chamou logo a atenção de Marx e Engels.

O interesse de Marx pela explicação teórica da natureza da renda da terra foi assinalado por Engels com relação à atenção que aquele estava dando à reforma russa de 1861 (Engels 1894 v, 1978: 11-12):

“Marx tinha empreendido na década de 70 estudos especiais completamente novos sobre este setor da renda do solo. Tinha passado vários anos estudando e resumindo na sua língua materna os dados estatísticos indispensáveis sobre a ‘reforma’ de 1861 na Rússia e outras publicações sobre a propriedade territorial que lhe foram fornecidas do modo mais completo desejável por alguns amigos russos e que se proporia a contribuir elaborando novamente esta seção. Dada a variedade de formas que se apresentam na Rússia, tanto a propriedade da terra como a exploração do produtor rural, a Rússia deveria desempenhar na seção sobre a renda do solo o mesmo papel que no livro I, ao tratar do trabalho assalariado industrial, desempenha a Inglaterra. Infelizmente, não conseguiu executar este plano.”

Assim, a Rússia daria o exemplo empírico para explicar a teoria geral da renda do solo, da mesma forma que a Inglaterra o havia dado para explicar a teoria geral do trabalho assalariado.

Continuando com a trajetória iniciada por Marx, Engels, em 1894, escrevia (Engels, 1894^a;ed. 1978: 420):

“Os partidos burgueses e reacionários admiram-se extraordinariamente de que, de repente, os socialistas [comunistas] coloquem agora e em todos os lugares na ordem do dia o problema camponês. Na realidade, deveriam espantar-se de que isto não tenha já sido feito há muito tempo. Da Irlanda à Sicília, da Andaluzia até a Rússia e Bulgária, o camponês é um elemento essencial da população, da produção e do poder político.”

Neste mesmo artigo, Engels destacava a importância da semisservidão na Alemanha no final do século XIX (Engels, 1894^a, ed. 1978: 439-440):

“A semisservidão em que de fato se mantém os trabalhadores agrícolas do leste do Elba é a base principal na qual está assentada a dominação dos junkers na Prússia e, portanto, a base fundamental na qual repousa a supremacia prussiana típica na Alemanha. São os junkers do leste do Elba, mergulhados cada vez mais em dívidas, cada vez mais empobrecidos entregues ao parasitismo, à custa do Estado e dos particulares, e que por isso mesmo se agarram com tanta força à dominação, os que criaram e mantém o caráter especificamente prussiano da burocracia e da oficialidade do exército... O poder desses junkers descansa no fato de disporem da propriedade do solo no território fechado das sete províncias da antiga Prússia – ou seja, em aproximadamente um terço de todo o território do império -, propriedade do solo, que aqui incorpora o poder social e político, não só da propriedade territorial, mas também por meio das fábricas de açúcar de beterraba e das destilarias de cachaça, das indústrias mais importantes deste território”.

Aqui ficava já esboçada a importância que a semisservidão ainda tinha na caracterização da formação social da Alemanha do século XIX.

Nessa época, concomitantemente à publicação do citado artigo de Engels, na Rússia czarista, Lenin publica “Conteúdo econômico do populismo e sua crítica no livro do Sr. Struve”, no qual retoma e aprofunda os estudos sobre o problema camponês e da renda da terra que Marx não tinha conseguido concluir. Este livro serviu de guia, como o próprio Lenin reconheceria anos depois, para sua obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, publicada em 1899. Nela expõe-se o caminho através do qual a Rússia estava se transformando em um país capitalista: o caminho prussiano, latifundiário ou junker. No agro russo, Lenin explica a convivência da nova agricultura capitalista com o velho sistema de pagamento em trabalho (semisservidão). A importância do movimento camponês na revolução russa de 1905 levou Lenin a enfatizar ainda mais as sobrevivências semifeudais na evolução do capitalismo russo (Lenin, 1908, ed.1975b:84):

“O que deu origem a este programa equivocado não foi o “temor” à revolução agrária camponesa, senão a superestimação do grau de desenvolvimento na agricultura russa. Os restos do regime de semisservidão pareciam-nos então, um pequeno detalhe, e a economia capitalista na terra em parcelas e na dos latifundiários nos parecia um fenômeno completamente maduro e consolidado. A revolução acusou esse erro. Confirmou a direção do desenvolvimento por nós definido. A análise marxista de classes da sociedade foi confirmada de um modo tão brilhante por todo decorrer dos acontecimentos em geral, e pelas primeiras duas Dumas, particularmente, que o socialismo não marxista ficou definitivamente desautorizado. Mas, os restos do regime de servidão no campo acabaram sendo muito mais fortes do que pensávamos; dando origem a um movimento nacional dos camponeses e fazendo deste movimento a pedra fundamental de toda a revolução burguesa.”

Esse capitalismo russo que tinha optado pela via prussiana, desenvolvia-se, portanto, como um capitalismo atrasado, unido por laços sem fim com os restos do regime da servidão. Não só a Rússia tinha tomado o caminho junker para o desenvolvimento capitalista, também numerosos países da Europa e da América Latina, alguns poucos da Ásia e da África o estavam fazendo. Na China, retomando as contribuições de Marx, Engels e Lenin, Mao Tsé-tung explica a sociedade chinesa contemporânea sob o prisma do conceito marxista e denomina esse capitalismo atrasado e unido a esses grandes proprietários da terra e ao imperialismo, como capitalismo burocrático. A generalização do termo “capitalismo burocrático” feita por Mao Tsé-tung na China ao resto dos países do mundo que não culminaram a revolução burguesa, e que, portanto, transferem para a era das revoluções proletárias a solução do problema camponês, é feita em 1989 por Guzmán como o atual herdeiro das teorias de Marx, Engels, Lenin e Mao Tse-tung. Guzmán define o capitalismo burocrático da seguinte forma (Guzmán, 1989a; ed. 1993: 106):

“Sobre uma base semifeudal e sob um domínio imperialista, desenvolve-se um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce amarrado a semifeudalidade e submetido ao domínio imperialista... O

capitalismo burocrático desenvolve-se ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados,..., pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros; assim vai-se gerando o capitalismo burocrático preso..., ao feudalismo, submetido ao imperialismo e monopolista... Este capitalismo, em certo momento da evolução, combina-se com o poder do Estado e utiliza os meios econômicos do Estado, o utiliza como alavanca econômica e este processo gera outra fração da grande burguesia, a burguesia burocrática; desta forma dar-se-á um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e transforma-se por sua vez em estatal.”

O imperialismo atravessa três momentos³ desde seu nascimento até a sua destruição: desenvolvimento, aprofundamento e crise (GUZMÁN, 1989, ed. 1993: 537 e ss). Cada um destes três momentos ou etapas tem três partes ou fases:

1. Primeiro momento ou desenvolvimento do imperialismo (1871-1945):
 - 1.1. Preparação (1871-1903).
 - 1.2. Aplicação (1903-1918).
 - 1.3. Crise profunda (1918-1945)

2. Segundo momento ou aprofundamento do imperialismo (1945-1980):
 - 2.1. Preparação (1945-1958).
 - 2.2. Aplicação (1958-1968).
 - 2.3. Crise profunda (1968-1980).

3. Terceiro momento ou crise geral do imperialismo (a partir de 1980).
 - 3.1. Preparação (1980-200?)
 - 3.2. Aplicação.
 - 3.3. Crise muito profunda.

³ Três momentos que Mao Tsé-tung empregou pela primeira vez no artigo de 1938 “Sobre a guerra prolongada” (MAO TSÉ-TUNG, 1951, ed. 1993: 218 e SS. do vol. II). Com resultados muito esperançosos, esta articulação baseada na evolução do capitalismo na sua fase imperialista e dos trabalhos anteriores: 1) para entender a evolução do pensamento geográfico contemporâneo (Martín Martín, 2000) e 2) para sintetizar a gênese e evolução dos processos de reformas agrárias no mundo durante o último século (Martín Martín, 2005).

No desenvolvimento histórico do imperialismo burocrático no seu primeiro momento (1871-1945) tentaram-se efetuar reformas agrárias dentro do marco do capitalismo mediante a distribuição da terra e o ataque às relações sociais de semisservidão ou semifeudais. O âmbito geográfico onde foram aplicados foi na Europa Central, Oriental e Mediterrânea durante os anos vinte e trinta (Martín Martín, 2005), com o objetivo de neutralizar o efeito da Revolução Russa de 1917 no campo, concretizada na aliança operário-camponesa dirigida pelo partido comunista.

Na Rússia⁴, nos países atrasados e subdesenvolvidos ocorrerá a transição para o capitalismo agrário no campo. Porém o resultado é um capitalismo atrasado (capitalismo burocrático), baseado na combinação do sistema de pagamento em trabalho e o tipicamente capitalista. Um capitalismo agrário com um grande peso da semifeudalidade, ou seja, preso aos grandes proprietários da terra, onde: a) a renda (pré capitalista) continua absorvendo uma grande percentagem do mais produto ou lucro capitalista, b) onde o sistema pago em trabalho pressupõe uma produtividade mais baixa do trabalho (não desenvolvimento das forças produtivas), c) onde os arrendamentos são mais caros para o pequeno campesinato (arrendamentos leoninos diante dos arrendamentos capitalistas) e a remuneração no referido sistema de pagamento em trabalho é mais barata que no “livre” contrato capitalista (a renda do arrendatário e/ou parceleiro é inferior a do trabalhador rural), e d) onde subsiste a coerção extra econômica como base da dependência pessoal do pequeno campesinato e campesinato sem terra (dependência da comunidade, falta de direitos civis, semi servidão).

No segundo momento de desenvolvimento do imperialismo (1945-1980) aparece (conceitualizado e formalizado pela primeira vez) este conceito aplicado à Revolução Chinesa que, com seu triunfo em 1949, por meio de uma nova aliança operário-camponesa dirigida pelo partido comunista, gera uma contra réplica de reformas agrárias no marco de países onde se desenvolvia um capitalismo burocrático. Estas reformas agrárias, aplicadas durante a década dos sessenta e setenta na América Latina e nos novos países independentes da África e da Ásia (Martín Martín, 2005) nos quais o

⁴ “Assim, portanto, a caracterização de nossas fazendas estritamente capitalistas – feita pelo mesmo senhor Kablúkov, que com tanto empenho idealiza o pagamento em trabalho – confirma inteiramente o fato de que o capitalismo russo cria as condições sociais que exigem necessariamente a racionalização da agricultura e o desaparecimento da vassalagem, enquanto que o pagamento em trabalho, ao contrário, exclui a possibilidade de racionalizar a agricultura, perpetua a estagnação técnica e a vassalagem do produtor. Não há nada mais frívolo que o habitual júbilo dos populistas devido à fragilidade do capitalismo na nossa agricultura. Pior ainda se for frágil, pois isto só representa a força das formas pré capitalistas de exploração, incomparavelmente mais duras para o produtor” (Lênin, 1899, ed. 1975^a:224-225).

peso das estruturas agrárias semifeudais era considerável, foram dirigidas por burguesias burocráticas estatistas.

3. A EVOLUÇÃO DA SEMIFEUDALIDADE NA CRISE DO CAPITALISMO BUROCRÁTICO: O TALISMÃ DO TÍTULO DA PROPRIEDADE

As grandes burguesias do Terceiro Mundo (burocráticas, fundamentalmente compradoras e grandes proprietárias da terra) em conivência com as dos países imperialistas, a partir dos anos sessenta, vão desenvolver o capitalismo burocrático no campo através de múltiplas e diversas leis de reforma agrária, cuja característica principal é que foram leis de compra e venda de terras que não destruíram a semifeudalidade, ao contrário, fizeram-na evoluir e o que hoje se observa é consequência dessa compra e venda de terras (inclusive as formas associativas que surgiram dessas reformas agrárias estão sendo loteadas e, assim, surgem situações semelhantes às que Marx tratou no seu livro “As lutas de classes na França de 1848 a 1850” ao explicar a evolução da agricultura nesse país após a vitória da revolução burguesa de 1789.

A seguir transcrevemos as idéias de Marx (Marx, 1850, ed. 1977: 199-201) e as comparamos com a atual situação do campo nos países do Terceiro Mundo (entre colchetes), isto, a partir de 1980 quando começa o terceiro momento do desenvolvimento do capitalismo burocrático (crise geral).

“A população camponesa - mais de dois terços da população total da França – compõe-se em sua maioria de proprietários territoriais supostamente livres” **[similar à proporção que hoje há no Terceiro Mundo]**. “A primeira geração, liberada sem compensação das cargas feudais pela revolução de 1789, não tinha pago nada pela terra” **[no Terceiro Mundo é diferente, pois não houve uma revolução burguesa no seu momento histórico e, a partir de 1917, quando começa a era da revolução proletária, a burguesia converte-se em uma classe obsoleta e incapaz]**. “Porém as gerações seguintes pagavam barato o preço da terra o que seus antepassados semisservos tinham pago no sistema de rendas, dízimos, prestações pessoais, etc.” **[é necessário diferenciar que os camponeses sob o regime feudal pagam a terra com prestações servis, enquanto que no sistema capitalista a pagam com dinheiro, na forma de preço]**. “Quanto mais crescia a população e mais se acentuava a distribuição da

terra, mais caro era o preço do lote, pois à medida que esta diminui, aumenta a demanda em torno dela” **[hoje o que se quer criar é um mercado da terra, pois as terras estão sendo loteadas ao mesmo tempo em que aumenta a população camponesa; a consequência é uma elevação do preço da terra que prejudica ao camponês que tem que pagar mais por ela]**. “Porém, na mesma proporção em que aumentava o preço que o camponês pagava pelo lote – tanto se o comprava diretamente como se seus co-herdeiros assumissem a dívida como capital -, aumentava necessariamente o endividamento do camponês, ou seja, a hipoteca” **[isto é o que foi se delineando nos países subdesenvolvidos, nos quais a grande burguesia, os bancos, os latifundiários e o Estado elaboram estratégias que facilitam os créditos rurais e utilizam-se da hipoteca para apropriar-se das terras, promovendo assim um novo processo de concentração da propriedade, com a finalidade de aplicar formas evolutivas da semifeudalidade. A divisão da terra, o loteamento, leva ao minifundismo e este determina um retrocesso no cultivo do solo porque restringe a possibilidade de aplicar formas novas de produção agrícola]**. “O título da dívida que grava o solo chama-se, efetivamente hipoteca, ou seja, título de penhora da terra. Da mesma forma que os privilégios se acumulavam nas propriedades medievais, no lote mais moderno se acumulam as hipotecas. Por outro lado, na economia parcelaria, a terra é um mero instrumento de produção para seu proprietário. Porém, à medida que o solo se divide, diminui sua fertilidade. A utilização de maquinário no cultivo, a divisão do trabalho, os grandes meios para melhorar a terra, tais como a instalação de canais de drenagem e de irrigação, etc., se tornam cada vez mais impossíveis, ao mesmo tempo que as despesas improdutivas do cultivo aumentam na mesma proporção em que aumenta a divisão do próprio meio de produção. Isso ocorre, independente do dono do lote possuir ou não capital. Mas, quanto mais acentuada é a divisão, mais o pedaço de terra com seu mísero inventário é o único capital do camponês parcelário, mais se reduz o investimento do capital sobre o solo, mais carência tem o pequeno camponês da terra, de dinheiro e de cultura para pôr em prática os progressos da agronomia, mais retrocede o cultivo do solo. Finalmente, o produto líquido diminui na mesma proporção em que aumenta o consumo bruto, em que toda a família do camponês sente-se impossibilitada para outras tarefas devido à posse de sua terra, embora sem

poder dela tirar o suficiente para viver” [a consequência no campo é que se consome menos, produz-se menos, os salários diminuem e cresce o desemprego; e isto é ideal para o imperialismo porque compra com um custo menor, explorando imensamente o camponês]. “Conseqüentemente, na mesma medida em que aumenta a população e com ela a divisão do solo, encarece o meio de produção, a terra, e diminui sua fertilidade, e na mesma medida se enfraquece a agricultura e o camponês se sobrecarrega de dívida. E o que era efeito, converte-se por sua vez em causa. Cada geração deixa a outra mais endividada, cada nova geração surge sob condições mais desfavoráveis e insuportáveis” [são as crises cíclicas do capitalismo burocrático que logo se recompõe, mas partindo de uma situação mais crítica que a anterior], “as hipotecas geram novas hipotecas e, quando o camponês não pode encontrar no seu lote uma garantia para contrair novas dívidas, ou seja, quando não pode gravá-la com novas hipotecas, cai diretamente nas garras da usura, e os interesses usurários ficam cada vez mais descomunais. E chegou-se a uma situação em que o camponês francês, seja na forma de juros por hipotecas que gravam a terra, ou na de juros cobrados pelo agiota sobre adiantamentos não hipotecários, cede ao capitalista não só a renda do solo, não só o lucro industrial, resumindo: não só todo o lucro líquido, mas também uma parte do salário; ou seja, desceu ao nível do colono irlandês, e tudo a pretexto de ser proprietário privado” [uma perspectiva terrível para o camponês de hoje no quadro do capitalismo burocrático].

Resumindo, a população aumenta no Terceiro Mundo, a terra é compartimentada e fica mais cara. Esse processo diminui a fertilidade da terra e, em consequência, há um declínio na agricultura, e devido a isso, sobrecarrega-se o camponês de dívidas, adota-se a hipoteca das terras e desta forma os banqueiros ou agiotas se apoderam de suas terras. É o fenômeno descrito por Marx, o qual acaba afirmando que o título de propriedade do camponês é o talismã com o qual o capital o vinha fascinando até agora⁵ e o pretexto do

⁵ Atualmente o exemplo deste fenômeno é a estratégia que o Banco Mundial está implantando. Sabe-se que esta instituição está promovendo e, em alguns casos, financiando reformas gerais do sistema de posse de terras, particularmente os aspectos relacionados com a concessão de títulos, cadastros e registros de propriedade, mola propulsora do mercado imobiliário, reformas redistributivas baseadas no mercado ou negociadas, assistência técnica e apoio à comercialização. Nisto, o Banco seguiu a pauta de seus próprios economistas de desenvolvimento, que comprovaram que a forte desigualdade na posse de terras

qual fazia uso para instigá-lo contra o proletariado industrial. Só a queda do capital pode engrandecer o camponês; só um governo anticapitalista, proletário, pode acabar com sua miséria econômica e com sua degradação social. A solução, nas palavras do próprio Marx, é que o camponês necessita uma república vermelha, necessita a ditadura do proletariado, necessita unir-se ao proletariado para combater, só assim pode ir de encontro a um destino histórico.

E, está sendo levada a cabo hoje, no século XXI em algum país essa “república vermelha”, onde o camponês uniu-se ao proletariado e seu partido? Sim, esta revolução democrática ou guerra camponesa que estabelece uma ditadura conjunta baseada na aliança operário-camponesa está se desenvolvendo no Peru na forma de guerra popular há um quarto de século⁶.

(semifeudalidade) atrasa o crescimento econômico, capitalista, é claro. Esta preocupação principal é enfeitada também com a afirmação de que essa desigualdade não mitiga a pobreza e os esforços de utilizar os solos de forma sustentável. Estas medidas, conhecidas como reformas agrárias orientadas ao mercado, não representam claras estratégias para que o capitalismo burocrático evolua no campo dos países onde a semifeudalidade sobrevive? Neste novo marco normativo, outras instituições, particularmente os governos, os organismos de cooperação e outros braços de desenvolvimento, estão aderindo à pauta do Banco Mundial e aplicando de forma taxativa essas reformas parcialmente ou, em alguns casos, totalmente. O Banco está tentando ampliar ativamente estas mudanças a novos países (Martín Martín, 2005).

⁶ No prólogo de *Tempestade nos Andes* de Valcárcel, Mariátegui explica o seu ponto de vista que posteriormente foi retomado pelo Partido Comunista do Peru (Mariátegui, 1928; ed. 1998) (o grifo é nosso):

“A fé em um renascimento indígena não é oriundo de um processo de “ocidentalização” material da terra quéchua. Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que eleva a alma do índio. É o mito, é a idéia da revolução socialista. A esperança indígena é absolutamente revolucionária. O mesmo mito, a mesma idéia, são agentes decisivos do despertar de outros povos antigos, de outras antigas raças em crise: hindus, chineses, etc. Hoje a história universal tende mais do que nunca a reger-se por um mesmo quadrante. Por que haveria de ser o povo inca, o qual construiu o mais desenvolvido e harmônico sistema comunista, o único insensível a emoção mundial? A consangüinidade do movimento indigenista com as correntes revolucionárias mundiais é evidente demais para que precise ser documentada. Eu já disse que cheguei ao entendimento e a justa valorização do indígena por meio do socialismo. O caso de Valcárcel é prova de minha experiência pessoal. Homem de múltipla formação intelectual, influenciado por seus hábitos tradicionais, orientado por uma gama distinta de sugestões e estudos, Valcárcel soluciona politicamente seu indigenismo no socialismo. Neste livro nos diz, entre outras coisas, que “o proletariado indígena espera seu Lênin”. Não seria outra a linguagem de um marxista.”

BIBLIOGRAFÍA

ENGELS, Federico. *La guerra campesina en Alemania*. Moscú: Editorial Progreso, 1850, ed. 1981.

ENGELS, Federico: “Prefacio a la guerra campesina en Alemania. Prefacio a la segunda edición de 1870”. In: MARX, Carlos y ENGELS, Federico. *Obras Escogidas en Dos Tomos*. Moscú: Editorial Progreso, 1870, ed. 1977, Tomo I, pp. 619-627.

ENGELS, Federico. “Adición al prefacio a la edición de 1870 para la tercera edición de 1875 de la guerra campesina en Alemania”. In: MARX, Carlos y ENGELS, Federico. *Obras Escogidas en Dos Tomos*. Moscú: Editorial Progreso, 1874, ed. 1977, Tomo I, pp. 627-633.

ENGELS, Federico. “Acerca de las relaciones sociales en Rusia”. In: MARX, Carlos y ENGELS, Federico. *Obras Escogidas en Dos Tomos*. Moscú: Editorial Progreso, 1875, ed. 1977, Tomo II, pp. 42-54.

ENGELS, Federico. “El problema campesino en Francia y en Alemania”. In: MARX, Carlos y ENGELS, Federico. *Obras Escogidas de Marx y Engels en dos Tomos*. Moscú: Editorial Progreso, 1894a; ed. 1978, Tomo II, pp. 420-441.

ENGELS, Federico. “Prólogo”. In: MARX, Carlos. *El Capital*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1894b, ed. 1978, Tomo III; pp. 7-23.

GUZMÁN, Abimael. *Guerra Popular en El Perú. El Pensamiento Gonzalo*. Bruselas: Luis Arce Borja Editor, 1989, ed. 1993.

LENIN, Vladimir Ilich. *Escritos económicos (1893-1899).I. Contenido económico del populismo*. Madrid: Siglo XXI, 1894, ed. 1974.

LENIN, Vladimir Ilich. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. In: *Obras Completas, Tomo III*. Madrid: Ayuso-Akal, 1899, ed. 1975a.

LENIN, Vladimir Ilich. *La cuestión agraria. El programa agrario de la socialdemocracia en la primera revolución rusa 1905/1907*. Madrid: Ayuso, 1908, ed. 1975b.

LENIN, Vladimir Ilich. “Nuevos datos acerca de las leyes del desarrollo del capitalismo en la agricultura. Cuaderno I: El capitalismo y la agricultura en los Estados Unidos de América del Norte”. In: *Sobre los Estados Unidos de América del Norte*. Moscú: Editorial Progreso, 1915; ed. 1978, pp. 56-144.

MAO TSE-TUNG. *Obras Escogidas*. Madrid: Editorial Fundamentos, 5 Tomos, 1974.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Perú: Edición electrónica: formato W.W.W.: <http://ekeko2.rcp.net.pe/7ENSAYOS/ENSAYOS/Indice.htm>. [consultado el 10 de julio de 1998], 1928.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O. “Propuesta para la enseñanza universitaria de la materia de teoría de la Geografía”. In: GONZÁLEZ ORTIZ, J. L. Y MARRÓN GAITE, M. J.: *Geografía, Profesorado y Sociedad. Teoría y Práctica de la Geografía en la Enseñanza*. Murcia: AGE-Universidad de Murcia-Consejería de Educación y Universidades de la Región de Murcia, 2000, pp. 359-368.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O. “Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques?”. In: *IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica*. México D. F.: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco – Grupo Internacional de Geografía Crítica, 2005.

MARX, Carlos. *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. In: MARX, Carlos y ENGELS, Federico. *Obras escogidas de Marx y Engels en dos Tomos*. Moscú: Editorial Progreso, 1850, ed.1977, Tomo I, pp. 104-226.

MARX, Carlos. *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*. In: MARX, Carlos y ENGELS, Federico. *Obras escogidas de Marx y Engels en dos Tomos*. Moscú: Editorial Progreso, 1852, ed. 1977, Tomo I, pp. 227-324.

MARX, Carlos. “Carta de Marx a Engels de 16 de abril de 1856”. Edición electrónica: formato <http://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/m16-4-56.htm> [consultado el 18 de mayo de 2007], 1856.

MARX, Carlos. *El Capital*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica., 3 Tomos, 1978.

PCP. “El problema agrario. La actual campaña agrícola. Cuestión fundamental: semifeudalidad y capitalismo burocrático”. In: *Sol Rojo*, Copenhague, n° 6: 16-28. 1995.